



Ata da 8ª sessão extraordinária, realizada em 26/5/2020. Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Coronel Vida, 211, Centro, às 18 (dezoito) horas e 30 (trinta) minutos, realizou-se a 8ª (oitava) sessão extraordinária da 4ª (quarta) sessão legislativa da 17ª (décima sétima) legislatura, convocada para apreciar, em 2ª discussão e votação, os projetos de lei 5495 ao 5502/2020 e, em 1ª discussão e votação, os projetos de lei 5504, 5506, 5507 e 5508/2020, presidida pelo Vereador Domingos Everaldo Kuhn, secretariada pelos Vereadores Anselmo Heimbecher Osório e Marcos Ribas e com a presença dos Vereadores Arildo Santos Zaleski, Denis Sanson, Gilmar Costa, João Alberto Ferreira da Costa, João Savi e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores o senhor Presidente, em nome de Deus e pelo Povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura das atas das duas sessões anteriores, que foram aprovadas por unanimidade. O 1º Secretário procedeu a leitura do expediente da sessão. Do Prefeito Municipal, excelentíssimo senhor Edir Havrechaki, ofício 138/2020, de 20/5/2020, em referência ao ofício 65/2020 da Câmara Municipal, que trata da instalação de redutor de velocidade 1 Km adiante do entreposto da Cooperativa Witmarsum, informando que a Secretaria Municipal de Obra e Infraestrutura executou a obra para zelar pela segurança dos transeuntes; ofício 144/2020, de 20/5/2020, solicitando a readequação da proposta orçamentária do Poder Legislativo para o exercício financeiro de 2020, tendo em vista as restrições impostas ao orçamento do Município decorrentes da pandemia causada pela Covid-2019; ofício 145/2020, de 20/5/2020, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5504/2020, que “autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante termo de colaboração, o repasse de recursos financeiros ao Hospital de Caridade de Palmeira e dá outras providências”; ofício 146/2020, de 20/5/2020, encaminhando para apreciação o projeto de lei 5505/2020, que “acrescenta, altera e revoga dispositivos da Lei nº 4.180, de 11 de agosto de 2016 e dá outras providências”; e ofício 148/2020, de 22/5/2020, encaminhando para apreciação os projetos de lei 5506/2020, que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 24.000,00”, 5507/2020, que “autoriza a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 2.001.530,16” e 5508/2020, que “autoriza a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00”. Da União de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná, ofício circular 56/2020, de 22/4/2020, solicitando a colaboração dos Vereadores para responder uma pesquisa sobre as propostas para o Pacto Federativo 2020 e enviando *folder* com informações sobre os serviços prestados pela entidade. Do Vereador Marcos Ribas, indicação 19/2020, de 25/5/2020, indicando “ao Departamento de Trânsito que veja da possibilidade de refazer a sinalização horizontal na Rua Flávio Santos, nesta cidade”. Das Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização pareceres aos projetos de lei 5504, 5506, 5507 e 5508. Da Comissão de Educação, Cultura, Bem-Estar Social e Meio Ambiente, parecer ao projeto de lei 5504. Esgotada a matéria do expediente, procedeu-se a verificação da presença, anotando-se o comparecimento de todos os Vereadores. Inscrito para fazer uso da palavra o Vereador João Savi, com o assunto “corona 19 e hospital”. Com a palavra, o Vereador cumprimentou o senhor Presidente e demais Vereadores. Pediu a Mesa Diretora e aos Vereadores que consultem o setor jurídico da Câmara sobre a possibilidade de a Prefeitura aplicar parte dos recursos que serão recebidos do Governo Federal na área de saúde, com foco na Covid-19. Falou que parte dos R\$ 4 milhões podem ser destinados para auxiliar o hospital, que há muito tempo vem passando por dificuldades. Que mesmo com a regularização das pendências administrativas com o Governo do Estado para recebimento dos valores devidos ao hospital, cerca de R\$ 400 mil, a situação não será resolvida, pois servirá apenas para quitar despesas pendentes. Que se deve ser mais objetivo no auxílio ao hospital, pois as ações tomadas até agora servem apenas para tapar buracos e esses problemas logo se repetem, vindo à tona, novamente, o assunto do hospital fechar. Que não é hora de ver quem se beneficiará politicamente e talvez não haja outra oportunidade para se fazer uma ação bem-feita como essa. Disse que esses recursos podem dar um fôlego às finanças do hospital e os maiores beneficiados serão os palmeirenses, que merecem um atendimento digno do sistema de saúde municipal. Que os recursos poderão ser usados pelos Municípios contemplados para adquirir materiais e insumos, abrir novos leitos e custear profissionais e ações de saúde. Pediu ao senhor Presidente para que isso seja verificado. Agradeceu a atenção. Inscrito para fazer uso da palavra o Vereador Gilmar Costa, com o assunto “estradas”. Com a palavra, o Vereador cumprimentou o senhor Presidente e Vereadores. Disse que vem sendo cobrado sobre a situação das estradas do interior, principalmente em Santa Barbará, Pinheiral de Baixo, Colônia Maciel e outras localidades,



que estão em condições ruins, sendo necessário passar, ao menos, uma máquina. Pediu a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura que de maior atenção para essa situação, não apenas nas estradas das comunidades citadas, mas em todas. Falou que fez um ofício ao Poder Executivo pedindo a substituição da caixa de água da comunidade de Faxinal dos Quartins, que está em péssimas condições, pois a água é utilizada no posto de saúde e ginásio, além das residências. O Vereador cobrou a Secretaria Municipal de Educação sobre a cobertura do ginásio de Pinheiral de Baixo, solicitada há dois anos e ainda não construída, tendo inclusive sido repassado recursos financeiros da Câmara para a obra. Disse que solicitou ao Poder Executivo que fossem mudadas as lombadas mal construídas e mal localizadas no calçadão de Pinheiral de Baixo e terminadas as laterais das passarelas, para assegurar a segurança das pessoas, mas também não teve retorno. Que deve haver mais responsabilidade e ser dada maior atenção para a população, não apenas nas eleições. Falou que os Vereadores podem apenas indicar a realização das obras, mas não as executar. Que estão aqui para atender os pedidos da população que representam e precisam que a Administração dê atenção às comunidades. Desejou boa noite a todos. Inscrito para fazer uso da palavra o Vereador João Alberto Ferreira da Costa, com o assunto “saúde”. Com a palavra, o Vereador saudou a Mesa Diretora, Vereadores e demais espectadores. Disse que tem ido a tribuna fazer alertas sobre os assuntos mais tratados em função do período eleitoral que se aproxima e que a população passa a olhar com mais atenção para o que acontece no Legislativo nessa época. Que é na discussão dos grupos que se propõe ao enfrentamento eleitoral que a população passa a observar e entender melhor os detalhes dos meandros da Administração Pública. Falou que será votado um termo de colaboração transferindo cerca de R\$ 2.165.000,00 para o Hospital Santa Casa, divididos em doze parcelas de aproximadamente R\$ 180 mil, para custeio da urgência, emergência, obstetrícia e outras despesas do hospital. Que já havia essa colaboração e o valor passou de R\$ 106 mil para R\$ 180 mil, o que melhora a situação da Santa Casa, mas se deve ficar de olho no Governo do Estado, que deve meio milhão para o hospital e não paga. Disse que o Vereador João Savi falou sobre o apoio financeiro votado pelo Congresso que será concedido pela União aos Estados e Municípios. Que Palmeira poderá receber R\$ 4,3 milhões, divididos em quatro parcelas, mas isso foi votado há mais de 60 dias pelo Congresso. Que recebe questionamentos diariamente sobre a destinação dada aos recursos, mas estes sequer chegaram ao Município e talvez nem venham. Relatou que agora há uma discussão com os Governadores e Prefeitos condicionando o repasse ao congelamento dos salários de todos os servidores públicos. Que se o Prefeito de Palmeira não concordar em congelar os salários dos mais de mil servidores municipais, o que considera uma maldade, o dinheiro não virá. O Vereador disse que no domingo retrasado a imprensa revelou um esquema de fraude no Estado do Rio de Janeiro, no qual R\$ 800 milhões foram desviados da construção dos hospitais de campanha. Que dentre as empresas envolvidas, cinco ou sete são do Paraná e suas sedes são todas no mesmo endereço, na Rua Cândido Xavier, 602, conjunto 303, condomínio Amil Carpizato, em Curitiba, onde pode se encontrar a Era Serviços Médicos, Hygea, Atena, GloboMed e Instituto Confiança. Falou que essas empresas prestaram serviços no Município nos últimos 16 anos e, conforme levantamento preliminar que fez, receberam da Prefeitura, juntas, aproximadamente R\$ 30 milhões. Que algumas já tem sentenças para devolver recursos e outras estão com processos em trâmite no Tribunal de Contas e Ministério Público. Que na época de eleição há algo esclarecedor, pois no ânimo das discussões se dizem verdades que antes não eram contadas, as quais o Povo deveria estar sempre sabendo. Concedeu aparte ao Vereador Anselmo, que disse também ter sido questionado sobre o que o Prefeito de Palmeira fez com os recursos do coronavírus. Questionou se esse dinheiro realmente virá e falou que muitos estão contando com um ovo que ainda nem foi botado. Que no Rio de Janeiro e em São Paulo estão subindo em cima de cadáveres para fazer politicagem, desviando milhões de reais, tendo a situação virado uma bagunça. O Vereador João Alberto disse que esse repasse se deve a desaceleração da economia causada pela pandemia, conforme constatado pela Receita Federal. Que a arrecadação do ICMS, que incide nos combustíveis, por exemplo, e é o grande recurso dos Estados, caiu violentamente, ocorrendo o mesmo com as Prefeituras. Falou que foi constatado que em Palmeira houve uma diminuição de aproximadamente R\$ 1 milhão das transferências que o Município tem direito e, fazendo-se uma ligação com o período de 90 dias que vai ser trabalhado com o coronavírus, resultou no valor de cerca de R\$ 4,3 milhões, divididos em três parcelas de R\$ 1,1 milhões, imaginando que após esse período a economia se aqueça de novo. Disse que o Governo Federal determinou que desse valor, R\$ 500 mil sejam direcionados ao



controle da pandemia, o que, no Município, é feito pela atenção básica à saúde, e lhe parece que não será possível destiná-lo para as casas hospitalares, integrantes da atenção secundária à saúde. Concedeu aparte ao Vereador Denis, que falou que dentre as empresas citadas pelo Vereador João Alberto nos desvios ocorridos no Rio de Janeiro está a Hygea, que ganhou uma licitação no Município em 2013 para prestar serviços de atendimento médico, odontológico e pronto atendimento. Que de 2013 para cá não houve mais licitação para prestação desses serviços, apenas prorrogação do contrato, que tem custo mensal de aproximadamente R\$ 300 mil. O Vereador João Alberto agradeceu os apartes dos Vereadores Anselmo e Denis. Disse que nesses dias devemos ter empatia para vivermos um pouco melhor e nos relacionarmos de uma forma diferente com o outros. Agradeceu pela atenção. Seguiu-se então à ordem do dia. Em 2ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5495 ao 5502/2020. Em 1ª discussão o projeto de lei 5504/2020. O Vereador Denis Sanson disse que há a possibilidade de o Hospital Santa Casa realizar os serviços que a Hygea faz hoje, que seriam prestados com qualidade, de maneira responsável e com confiança. O Vereador Marcos Ribas disse que o projeto reforça uma política adotada pelo Governo Municipal desde 2014 para priorizar recursos para o hospital. Que a empresa Hygea participou de licitação e, se recebe, é porque tem todas as certidões. Que não está a defendendo, apenas esclarecendo a situação. Falou que também não conhece o dono da Hygea, mas as pessoas que trabalham para a empresa são quase todas de Palmeira. Que na gestão pública moderna facilita ter uma empresa terceirizada para contratação, tendo em vista a impossibilidade de manter todos servidores efetivos que seriam necessários com a queda na arrecadação. Que o Ministério Público deve apurar a responsabilidade e penalizar a empresa se ela for culpada. O Vereador disse que o Município é responsável pela atenção básica à saúde, mantendo médicos nas unidades básicas, o Programa Melhore em Casa, os agentes comunitários e remédios para a população. Que há informações de que 80% das Santas Casas podem fechar porque não tem clientela. Falou que se deve focar na atenção primária para evitar que as pessoas fiquem doentes e precisem do serviço hospitalar. Que Palmeira é referência nessa área, com quase 100% de cobertura do Programa Saúde da Família, mas os recursos são escassos, especialmente com a situação da pandemia. Parabenizou a Administração Municipal por não apenas manter os recursos destinados para a Santa Casa nos próximos 12 meses, mas aumentá-los. Falou que espera que o Governo do Estado cumpra as suas obrigações contratuais e a Santa Casa volte à normalidade. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa disse que há várias maneiras de fazer os contratos e não está reclamando se as contratações são feitas com a iniciativa privada ou não, mas se deve verificar a regularidade. Que também não está apontando nenhum caso concreto, mas, às vezes, existem anormalidades que não estão no campo criminal, como a situação dos recursos repassados pelo Município à Santa Casa que, segundo o Poder Executivo, precisam ser devolvidos por terem sido utilizados em desacordo com o plano de aplicação. Que o Poder Judiciário suspendeu a cobrança, mas ainda não julgou o mérito da situação, tendo o TCE-PR verificado que o valor a ser devolvido não é de R\$ 300 mil, e sim R\$ 500 mil. Disse que isso serve de alerta para aqueles que estão imbuídos de fazer os registros, para que os façam com exatidão e evitem problemas no futuro. O Vereador Anselmo Heimbecher Osório informou que o valor do repasse é de R\$ 2.165.384,88. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5506 ao 5508/2020. O senhor Presidente encaminhou o projeto de lei 5505/2020 às Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação e de Educação, Cultura, Bem-Estar Social e Meio Ambiente para análise e emissão de pareceres. Inscrito para explicação pessoal o Vereador Anselmo Heimbecher Osório, com o assunto “castramóvel”. Com a palavra, o Vereador disse que o Ex-Deputado Federal Osmar Bertoldi prometeu um castramóvel e uma retroescavadeira para o Município. Que o castramóvel será entregue oficialmente em 1º de junho e, por meio de recursos de emendas do Ex-Deputado, o Município também receberá um trator. Agradeceu o Ex-Deputado por essas aquisições. Nada mais havendo a ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos Vereadores que após o encerramento dessa sessão será realizada sessão extraordinária convocada para apreciar, em 2ª discussão e votação, o projeto de lei 5471/2020 com emenda aprovada. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo Povo declarou encerrada a sessão.